

Questão prioritária

O presidente da República foi ontem a Samambaia para lançar o Plano de Produção e Recuperação de Loteamentos, que prevê a distribuição de lotes e a realização de obras de infraestrutura beneficiando 300 mil famílias de baixa renda em todo o país. Os recursos a serem aplicados de forma gradual até 1995, são provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, administrado pela Caixa Econômica Federal.

O plano acabava de ser anunciado e o noticiário a respeito apenas começava a ser difundido na tarde de ontem, mas as interpretações sobre o significado da medida e os objetivos do presidente (desviar as atenções das dificuldades enfrentadas pelo governo na área econômica) já se difundiam velozmente. São coisas de um país onde se admite que o importante é versão, e não o fato, fenômeno acentuado pela tendência universal em nossa época que consiste em atribuir/perceber símbolos em todos os atos humanos.

Uma das consequências de se ver símbolos em todos os fatos é que os próprios símbolos se tornam simbólicos numa cadeia de significados em que as ações acabam perdendo substâncias: uma iniciativa governamental deixa de atender a uma necessidade objetiva para se converter numa resposta a uma bandeira de luta. As pessoas carentes que necessitam de um teto passam a ser vistas como uma massa sem consciência e a própria medida governamental se transforma de um programa de investimento na área habitacional em item de um plano de relações públicas.

A questão habitacional no Brasil é demasiada grave para ser tratada através da semiótica. É, antes de mais nada um problema real que lança no plano da subumanidade milhões de brasileiros, com a fome e a saúde precária, dramas aliás relacionados. Nenhum país resolveu o problema habitacional em poucos anos, muito menos se os esforços neste sentido esbarravam em crises econômicas como as que o país atravessa hoje.

É pouco provável que um plano destinado a construir casas populares na quantidade correspondente ao atual déficit de moradias se revelasse viável nas atuais circunstâncias. Reconhecer a impossibilidade de solucionar o problema a curto prazo não pode dar lugar à omissão. Os loteamentos promovidos pelos governos em quaisquer níveis ou os programas de regularização de áreas ocupadas irregularmente podem ser interpretados com certo desprezo como paliativos. Esta, contudo, raramente, é a opinião dos beneficiados por tais iniciativas. A parcela da população que vive nestes assentamentos não é contra eles. Seus anseios são de outra natureza e se orientam para a plena urbanização destes núcleos. É urgente sepultar a idéia ainda presente em certas mentes políticas mesquinhas segundo a qual "enterrar canos não dá votos". As obras de infraestrutura, em especial de saneamento, são essenciais não apenas à urbanização dos loteamentos como à melhoria das condições de vida de seus habitantes. Se o problema habitacional é grave, o dos loteamentos é seu aspecto prioritário.